

# Cadernos **IHU** *ideias*



JESUÍTAS BRASIL

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
ano 19 • nº 326 • vol. 19 • 2021



## Técnica e Ética no contexto atual

Oswaldo Giacoia Junior



# Cadernos

# **IHU** *ideias*

## **Técnica e Ética no contexto atual**

Oswaldo Giacoia Junior

Doutor em Filosofia pela Freie Universität - Berlin,  
Professor Titular do Departamento de Filosofia da Unicamp e  
do Programa de Pós Graduação em Filosofia da PUCPR

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
ano 19 • nº 326 • vol. 19 • 2021



**Cadernos IHU ideias** é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Vice-reitor:** Pedro Gilberto Gomes, SJ

### Instituto Humanitas Unisinos

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ

**Gerente administrativo:** Nestor Pilz

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

## Cadernos IHU ideias

Ano XIX – Nº 326 – V. 19 – 2021

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

**Conselho editorial:** MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

**Responsável técnico:** Bel. Guilherme Tenher Rodrigues

**Imagem da capa:** Wikimedia Commons

**Revisão:** Pedro Henrique Barbosa de Brito

**Editoração:** Guilherme Tenher Rodrigues

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil

## TÉCNICA E ÉTICA NO CONTEXTO ATUAL

***Oswaldo Giacoia Junior***

Doutor em Filosofia pela Freie Universität Berlin, Professor Titular do Departamento de Filosofia da Unicamp e do Programa de Pós Graduação em Filosofia da PUCPR

Em 1979, quando Hans Jonas publicou *O Princípio Responsabilidade. Ensaio de uma Ética para a Civilização Tecnológica*, noções como heurística do medo, a contraposição entre responsabilidade e esperança, assim como a postulação de um direito próprio da natureza constituíam perspectivas marcadamente inovadoras nos planos da filosofia, das ciências, da ética, da política e da educação. Penso que continuam a sê-lo ainda hoje.

Em ligação com tais noções, apresenta-se um dos aspectos mais característicos na obra de Hans Jonas: a crítica do antropocentrismo hegemônico na tradição ético-religiosa e filosófico-política do Ocidente, que se desdobra numa proposta de revisão de seu estatuto, sem implicar, no entanto, uma depreciação do humanismo, e menos ainda uma negação do valor da dignidade humana. Com a postulação de um direito próprio da natureza, Jonas tem em vista uma prerrogativa inerente às entidades naturais e à vida em geral – às futuras gerações, de seres humanos e não humanos -, que revoluciona as categorias assentes, tanto jurídicas quanto ético-filosóficas, e que resulta numa reconsideração do humanismo como perspectiva filosófica.

A posição de Jonas a este respeito é efetivamente *sui generis*, pois difere essencialmente, quanto aos seus fundamentos, das múltiplas variantes das éticas, ao ampliar seus limites, pela atribuição de relevância moral – e, por conseguinte, valores, direitos e prerrogativas - não apenas a seres não-humanos, como às demais espécies naturais, com inclusão do conjunto dos ecossistemas, mas também a entidades inexistentes, como, por exemplo, as futuras gerações de seres humanos e não humanos.

Na ótica do antropocêntrico tradicional, não faria sentido estender de tal modo o campo da responsabilidade, pois este conceito estaria vinculado ao plano das relações humanas, único âmbito de atuação de sujeitos éticos. É o que pensa, por exemplo, Jürgen Habermas: “A comunidade de seres morais, que outorgam leis a si mesmos, reporta-se, na linguagem de direitos e deveres, a todas as relações que carecem de regulação normativa; entretanto, apenas os membros dessa comunidade podem obrigar-se *reciprocamente* em termos morais, e esperar *um* do *outro* um comportamento conforme às normas”<sup>1</sup>.

A urgência metafísica de uma heurística do medo, em Hans Jonas, formula-se na contracorrente de um tal entendimento, e se assevera perante a iminência da possibilidade de destruição das condições de uma vida autenticamente humana sobre a terra, fazendo apelo à necessidade da introdução de novos marcos regulatórios da ação coletiva, princípios e estratégias normativas de alcance nacional e internacional. O reconhecimento de um direito próprio da natureza é uma medida urgente em face do perigo representado pelo potencial destrutivo da moderna tecnociência, com sua ampla capacidade de devastação. Esta vulnerabilidade radical é o anverso de um dever de proteção, ancorado num senso amplo de responsabilidade ética e jurídica, brotado da desmesura deste poder.

“Com o potencial apocalíptico da técnica – sua capacidade de colocar em perigo a sobrevivência da espécie humana, ou de corromper sua integridade genética, de modifica-la arbitrariamente, ou até mesmo de destruir as condições de vida superior sobre a Terra – , coloca-se, por fim, a pergunta metafísica, com a qual a Ética nunca antes foi confrontada, a saber, se e por que deve existir uma humanidade; portanto, tendo em vista isso, pergunta-se por que o homem deve ser mantido assim como a

---

1 Habermas, J. Die Zukunft der menschlichen Natur. Auf dem Weg zu einer liberalen Eugenik?. Frankfurt/M: Suhrkamp, 2001, p. 62.

evolução o produziu, por que sua herança genética deve ser respeitada; sim, por que, em geral, deve existir a vida” (Jonas, 1990, p. 48).<sup>2</sup>

No Brasil, este apelo foi ouvido e acolhido há algum tempo. Entre a obra de Hans Jonas e a história recente do Brasil, existem laços de profunda afinidade eletiva, pela qual substâncias diferentes se procuram, se encontram e se unem numa impressentida confluência, de tipo especial. A esse respeito, é pertinente observar que *O Princípio Responsabilidade*, pouco depois de publicado, foi logo seguido em nosso país pela promulgação, em 1988, da Constituição da República Federativa do Brasil, que pôs fim a quase um quarto de século de ditadura militar. Esta Constituição assenta-se sobre alguns princípios basilares, que ecoam a filosofia de Hans Jonas, entre os quais avultam: a afirmação enfática do princípio da dignidade da pessoa humana, combinado com a exigência principiológica de um relacionamento não predatório com a natureza, com a extraordinária riqueza da biodiversidade que caracteriza a fauna, a flora e geografia do Brasil.

A expressão jurídico-constitucional desse balanceamento encontra-se no cotejo entre o artigo 5º da Constituição Brasileira e seu artigo 225, no qual são contempladas algumas das principais linhas de força d’*O Princípio Responsabilidade* de Hans Jonas. O artigo 225 é o caput de um capítulo intitulado *Do Meio Ambiente*, cujo escopo é a proteção constitucional do meio ambiente equilibrado, sob a égide do conceito de sustentabilidade. Aqui a presença do espírito de *O Princípio Responsabilidade é inequívoca*: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Este artigo reúne o direito difuso de gerações presentes e futuras com a proteção da diversidade e da integridade do patrimônio genético do país – em particular da base somática da personalidade dos brasileiros. Se não se pode falar no exato e explícito reconhecimento jurídico de um direito próprio da natureza, no sentido específico que o termo assume na obra de Jonas, também não se pode negar que o texto constitucional se aproxima deste espírito, ao reconhecer a subjetividade ética de entes extra-humanos, periclitados tanto pelo potencial destrutivo da tecnologia moderna quanto pela voracidade de um modelo de desenvolvimento econômico que promove a indiscriminada pilhagem do planeta.

---

2 Jonas, H. Warum die moderne Technik ein Gegenstand für die Ethik ist. In: Jonas, H. Technik. Medizin und Ethik. Zur Praxis des Prinzips Verantwortung. Frankfurt/M: Insel Verlag, 3. Auflage, 1990, p. 48.

Se a Constituição brasileira não incluiu a Amazônia legal entre os ecossistemas supranacionais, preferindo mantê-la ligada à soberania do Estado, não deixou, no entanto, de submeter a um tratamento bastante cuidadoso, sob o ponto de vista jurídico, todo o parque florestal situado no território brasileiro, com inclusão da Amazônia, declarada patrimônio nacional, para fins de preservação e uso racional de seus recursos naturais.

São medidas de proteção e imperativos de cuidado, nascidos da conscientização, por parte do legislador, do perigo que ameaça a fauna, a flora e a geografia. Nesse horizonte, o texto constitucional reconhece também, no espírito de Jonas, a emergência de novos sujeitos éticos, não mais limitados a agentes humanos individuais, circunscritos à esfera de proximidade de suas relações recíprocas, mas que se configuram como novos parceiros de ação, como as entidades sócio-político-econômicas de complexa constituição: as instituições multilaterais privadas e públicas; organizações supra estatais; organismos que representam as classes sociais; fundos e fundações; empresas multinacionais, conglomerados negociais; grupos de pesquisa nacionais e internacionais, tanto de natureza acadêmica quanto os vinculados a grandes interesses industriais (indústria farmacêutica, bélica, por exemplo); fundos de investimento de natureza pública, privada e mista; organismos como o Banco Mundial, a Organização Internacional do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, os Estados nacionais.

Tais sujeitos éticos atuam, como previra Jonas, em circuitos de amplo espectro, e devem ser instados à descoberta de novas possibilidades e estilos de existência para evitar catástrofes prováveis. Como também na obra de Hans Jonas, figura na constituição a responsabilidade perante seres ainda não existentes, como as futuras e remotas gerações de seres humanos e não humanos, bem como a necessidade de preservar os suportes e recursos ecológicos e ambientais da vida na terra. Transformada em força produtiva, a tecnociência é capaz de colonizar todas as formas de organização política das sociedades, tornadas fundamentalmente dependentes da atualização compulsória de seu potencial tecnológico; desse modo, a espiral de consumo hiper intensificado nos países desenvolvidos e em desenvolvimento acaba por colocar em risco a sobrevivência das espécies naturais, ameaçando sua integridade genética, inclusive a humana, com a possibilidade de manipulação discricionária.

Essa convicção compartilhada sedimenta a relação entre as teses de Hans Jonas e as políticas públicas de proteção ao meio ambiente e de promoção de desenvolvimento sustentável no Brasil, país que assumiu e passou a defender, desde os primeiros movimentos, as negociações que

deram origem à publicação, em 1987, do Relatório Brundtland, também conhecido pelo nome de *Nosso Destino Comum*, que define como desenvolvimento sustentável aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades. Os antecedentes desse trabalho prepararam a adoção pela comunidade internacional de um ponto de vista crítico ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, alerta para os riscos do uso excessivo dos recursos naturais, sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Pode-se observar facilmente, nas medidas propostas pelo documento *Nosso Futuro Comum*, o eco das teses defendidas por Hans Jonas quanto à necessidade de reconsiderar as relações entre ética e técnica no mundo contemporâneo. As questões centrais do documento são também concernimentos próprios da proposta ética de Hans Jonas para a civilização tecnológica: o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio (conceitos novos para a época), o que indica a preocupação em relação ao fato de a velocidade das mudanças excederem a capacidade de previsão das teorias científicas e de nossas habilidades de avaliar e propor soluções alternativas realistas.

Ora, coincidentemente, na história recente do Brasil, foram estas as diretrizes que levaram a transformações decisivas no panorama cultural e institucional do país, e que explicam o crescente e vivo interesse pelas ideias de Hans Jonas entre nós. Justamente para essa transformação de mentalidade e percepção, e no mesmo sentido da conscientização que estava na base do relatório Brundtland, mantinha-se atento, desde algum tempo, o então ministro das relações exteriores do Brasil, o professor Celso Lafer, que, no início da década de 1990, foi o idealizador e coordenador brasileiro da *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra de 1992 – Eco-92, no Rio de Janeiro*.

Além de estadista e homem público, o eminente jurista Celso Lafer é autor de obras importantes na área de Filosofia do Direito, de Direito Constitucional, de Direito Econômico e de Direito Público Internacional. Foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999), ministro das Relações Exteriores em duas ocasiões, em 1992 e de 2001 a 2002, além de embaixador do Brasil junto à OMC e embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, de 1995 a 1998. O ex-chanceler brasileiro na ONU foi aluno de Hannah Arendt em 1965, na Universidade norte-americana de Cornell, sendo profundo conhecedor e admirador entusiasta da obra de Hans Jonas.

Sob a chefia e coordenação de Celso Lafer, e com importante contribuição do físico José Goldenberg, os pontos fundamentais do Relatório Brundtland foram definitivamente incorporados, a título de princípios, na pauta da já citada *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada no Rio de Janeiro em 1992, também conhecida como Cúpula da Terra. José Goldenberg, o então ministro da educação, é pesquisador responsável por importantes projetos científicos dedicados à investigação de novas matrizes energéticas no Brasil, foi reitor da Universidade de São Paulo (1986 - 1990) e presidente da Sociedade Brasileira de Física de 1975 a 1979, secretário de Estado da Ciência e Tecnologia do governo Federal (1990 - 1991), além de ministro da Educação (1991 - 1992) e secretário de Estado do Meio Ambiente (março a julho de 1992).

O Brasil preparou-se cuidadosamente para sediar a conferência, criando a ambientação espiritual e institucional propícia ao estabelecimento de uma vinculação sólida e consistente entre, por um lado, a preocupação com o desenvolvimento sustentável, a proteção ao meio ambiente, um senso de responsabilidade, comprometimento e cuidado para com a natureza e as futuras gerações, e, por outro lado, o fórum ampliado da comunidade jurídico-política internacional. Os trabalhos produzidos nessa Conferência de Cúpula da ONU proporcionaram a base filosófica para a formulação da Agenda 21, com a qual mais de 170 países se comprometeram, por ocasião da Conferência do Rio de Janeiro com um ambicioso e abrangente conjunto de metas para a criação, a partir do século XXI, de um mundo mais equilibrado.

Creio poder afirmar, sem temor de erro, que todos os tópicos essenciais contemplados na Eco-92 e na Agenda 21 encontram-se prefigurados no livro que Hans Jonas publicou em 1979: *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma Ética para a Civilização Tecnológica*. Com um plus: a filosofia de Hans Jonas antecipa questões e alternativas que conduzem para além do quadro de soluções cogitadas nos documentos acima mencionados, e tornam sua contribuição um novo marco da reflexão de nossos dias. Na obra de Hans Jonas, uma ética da natureza, com seu conceito complementar de dignidade da criatura, desdobra-se no célebre imperativo categórico ecológico e no apelo para preservação da integridade do meio ambiente, uma vez que também este é recoberto pela ideia de dignidade.

Este apelo mudo à preservação e cuidado permite estabelecer um laço consistente entre a filosofia de Hans Jonas e a atual discussão sobre ética da natureza, bioética, ética animal e ética ambiental, bem como com as questões ligadas à sustentabilidade, no mais amplo sentido do termo.

O exemplo da constituição brasileira, que tem se repetido em várias outras partes do mundo, é uma instanciação desta possibilidade. Trata-se de um sinal de alerta em face de um perigo inerente ao potencial de destrutividade alcançado pelo desenvolvimento científico e tecnológico das sociedades contemporâneas, principalmente aquelas situadas no centro do sistema capitalista de produção e consumo. Nelas, a atualização permanente e compulsória do potencial tecnológico, que se tornou sua principal força produtiva, é condição de sobrevivência e progresso da sociedade, gerando o risco intrínseco de transitar do poder fazer ao ser compelido a fazê-lo, com a conseqüente ilusão de que todos os macroproblemas humanos podem ser tecnologicamente resolvidos, sobretudo por meio do desenvolvimento de novas tecnologias.

Assim, no mais elevado grau de disponibilização tecnológica da natureza para os fins da vontade humana revela-se uma dinâmica autonomizada do progresso técnico, que gera uma autocontradição: a perda de controle sobre si, a incapacidade de proteger a natureza e a humanidade dos elementos destrutivos de sua própria obra, e, com isso, uma inaudita impotência - lá onde parecia que tínhamos atingido o ápice do domínio e autodeterminação. Essa situação, na qual hoje nos encontramos imersos, torna urgente uma atualização do apelo à prudência e ao cuidado, colocando-nos, assim, no elemento mais próprio da vida ética. Ética do temor, em face da “crescentemente impiedosa pilhagem do planeta, até que este pronuncie sua palavra de força”, que pode conduzir a uma situação em que este mesmo planeta furte-se à exigência e a demanda excessiva. “Como, depois disso, um resto de humanidade poderá começar de novo sobre a terra desertificada, isso é coisa que se subtrai a toda especulação.”<sup>3</sup>

Esta potência cumulativa de destruição, cujas conseqüências podem ser, e são, de fato, irreversíveis, tornam imperioso que o saber adquirido passe a incluir o conjunto da natureza na esfera de responsabilidade do agir humano, sobretudo daquele que se situa no âmbito de competência da comunidade científica – uma ampliação de horizontes para a responsabilidade não limitada aos interesses humanos, sejam os da geração atual, sejam das futuras. Ela reúne “o bem humano com a causa da vida em sua totalidade, ao invés de contrapor, de maneira hostil”, esses interesses e a causa da vida em geral, conferindo, então, “à vida extra humana seu direito próprio [...]. É o excesso de poder que impõe ao homem esse dever; precisamente contra esse poder – portanto, é imprescindível a proteção do homem contra o próprio homem. E assim ocorre que a téc-

---

3 Jonas, H. *Das Princip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation.* Frankfurt/M: Suhrkamp, 1984, p. 252.

nica, essa fria obra pragmática da astúcia humana, introduz o homem num papel que apenas a religião por vezes lhe atribuiu: aquele de um administrador e guardião da criação. Ao ampliar o poder de seus efeitos até o ponto em que este se torna perceptivelmente perigoso para a economia global das coisas, ela estende a responsabilidade do homem ao futuro da vida na terra, vida que doravante está exposta indefesa ao mau uso dessa potência".<sup>4</sup>

Entretanto, a concepção de Jonas defrontou-se, desde suas primeiras formulações, com um obstáculo filosófico aparentemente intransponível: a exigência de refutação da falácia naturalista, ou, em outros termos, a legitimação argumentativa da passagem do plano do ser ao plano do dever ser (valor), de modo a justificar um dever e uma obrigação do homem em relação ao ser, ou seja, à natureza. Ora, essa é uma tarefa que só pode ser assumida com recurso a uma metafísica. Pois é necessário demonstrar que o homem tem um dever, ou uma obrigação, correspondente ao que seria um direito próprio da natureza; ou seja, de que a vontade humana está ética e juridicamente jungida ao reconhecimento de um dever correspondente a uma tal prerrogativa.

A resposta de Jonas à crítica da falácia naturalista, bem como a propositura de um direito próprio para natureza - não necessariamente dependente apenas de interesses e necessidades humanas -, tem por base uma combinação entre a concepção monista da emergência da vida, por um lado, e a retomada da explicação teleológico-metafísica da natureza, que a compreende como um continuum teleológico, ascendendo do mineral à esfera da liberdade e da consciência de si humanas, por outro lado. Todavia, todo empreendimento desse gênero parecia destinado ao fracasso depois das críticas que lhe foram dirigidas por Hume e Kant, e mais recentemente por George Edward Moore.

O intento de Hans Jonas, porém, formula-se em perspectiva biológico-filosófica, e remonta às hipóteses sobre o surgimento da vida, a partir da matéria inorgânica e vegetal, numa espécie de "fio de Ariadne" para percorrer os labirintos da natureza, para lançar luz sobre o advento das dimensões de interioridade e subjetividade próprias ao orgânico (enquanto prefigurações da consciência, da intencionalidade e da liberdade); estas são, para Jonas, as chaves de interpretação da própria vida<sup>5</sup>; pois a vida orgânica se caracterizaria ontologicamente como liberdade em relação à matéria inerte. Esta tem como modalidade própria de existência a

---

4 Jonas, H. Por que a Técnica Moderna é um Objeto para a Ética. Trad. Oswaldo Giacoia Junior. In: Revista Natureza Humana. Vol. 1, nr. 2. São Paulo :Educ, 1999, p. 413.

5 Cf. Jonas, H. Le Phénomène de la vie. Vers une biologie philosophique. Trad. D. Lories. Paris/Bruxelles: De Boeck, 2001, p. 15.

mera presentidade (*Vorhandenes*), como simples durabilidade e consistência, sendo *pura presença em-si* (*etwas na sich Vorhandenes*). No âmbito da matéria inorgânica, as individualidades são fechadas sobre si mesmas, como “uma pedra ou de um diamante, e essa identidade individual é puramente acidental à matéria; essa ‘individualidade’ releva, em última instância não do próprio objeto, mas do observador que a percebe como tal (conceito fenomenológico do indivíduo)”<sup>6</sup>.

Já a matéria viva – qualquer que seja seu grau de diferenciação – tem um estatuto oposto à identidade material, desprovida de conteúdo interior, existindo apenas em si; o ser vivente “é algo que se organiza e que é para si mesmo seu próprio fim”: é nesse sentido que Jonas o pensa como *enteléquia*. O termo provém do grego *ἐντελέχεια*, de en, "dentro", + telos, "finalidade": entelos, "finalidade interior" + echein, "ter". Enquanto ente material inorgânico é uma unidade centrada sobre si mesma, cuja identidade e permanência são dadas, de uma vez por todas, em sua composição, pelas leis que regem a reunião e mecânica de suas partes e partículas, o ser vivo, ao contrário, não pode manter sua permanência e sua identidade senão trocando continuamente seu suporte material. Ou seja: trocando matéria com o meio ambiente: assimilando, elaborando, incorporando e novamente excretando. Esta troca de matéria com o meio ambiente é a fonte principal de sua energia, e daí resulta que, no vivente, a forma torna-se essência e a matéria acidente – esta é a modalidade prototípica da liberdade. Este papel é assegurado já pelo “metabolismo, que é o fenômeno originário de toda existência orgânica”.<sup>7</sup>

Considerando-se o inegável poder causal da subjetividade, nenhum monismo ontológico estaria em condições de explicar, baseando-se apenas em si mesmo, o surgimento de um princípio causal do tipo da subjetividade. Com efeito, como poderia o âmbito dos processos exclusivamente físicos e materiais gerar "subjetividade" sem uma transformação profunda em sua própria natureza, uma vez que esta geração exigiria uma potência causal pelo menos análoga à da própria subjetividade? Não seria plausível nem conclusivo sustentar que um princípio novo e influente - como princípio causal - surgisse na natureza a partir da matéria inanimada, como que encavalando-se sobre ela, sem, no entanto, alterá-la. Uma tal suposição, além de implausível, redundaria também numa inevitável reedição do dualismo psicofísico, de modo que a dificuldade exige a superação do monismo ontológico, e a suposição de uma gênese concebida como um *salto evolucionário*, em cuja base estaria o fenômeno do metabolismo.

---

6 Theis, R. Jonas. *Habiter le Monde*. Paris: Éditions Michalon, 2008, p. 38.

7 Theis, R. Jonas. *Habiter le Monde*. Paris: Éditions Michalon, 2008, p. 39.

Se é inegável que esta descrição do metabolismo dada por Jonas é adequada sobretudo e para o metabolismo animal, nem por isso é menos certo que o mesmo processo metabólico - para fins de aquisição de energia - realiza-se também, em sua forma primária, na fotossíntese vegetal, e, enquanto tal, constitui a base de toda forma de vida na Terra. Portanto, este conceito tem um alcance muito maior do que o âmbito do mundo orgânico; nos organismos, porém, este processo vem à luz como essência, e tem como pressuposto a troca de matéria com a natureza ambiente. Desse modo, tudo o que é vivo - dos vegetais ao humano - compartilha o valor próprio da vida, cuja raiz é um modo de existência, identidade e permanência que tem o *ser como encargo próprio* - este é o enraizamento ontológico da liberdade da vida - sobretudo animal e humana - em relação à mera materialidade.

Nos termos de Hans Jonas, o metabolismo constitui, pois, a propriedade que define tudo o que é vivo, atributo que não é partilhado com nenhuma entidade não vivente; além disso, na medida em que por meio do metabolismo se opera uma independência relativa do organismo em relação à matéria, sob a forma da manutenção de uma forma a partir da troca constante de sua base material, o metabolismo figura, mesmo em seus níveis mais primitivos, como a base ontológica dos fenômenos superiores da subjetividade e da liberdade. "Pois a condição fundamental desse privilégio reside no fato paradoxal de que, por um ato original de separação, a substância viva desligou-se da integração universal das coisas no toda da natureza para colocar-se em face do mundo, introduzindo, assim, na indiferente segurança da posse da existência a tensão entre 'ser e não ser'. A substância viva realizou isso assumindo uma independência precária em relação à essa mesma matéria, que, entretanto, é indispensável à sua existência: distinguindo sua própria identidade daquela de seu material temporário, por meio do qual, entretanto, ela faz parte de seu mundo físico comum."<sup>8</sup>

A tensão e oscilação permanente entre ser e não ser é constitutiva da vida; para toda matéria viva, persistir no ser só é possível de modo condicional e revogável, tendo o metabolismo o duplo caráter de faculdade e necessidade. Com isso, o não ser ingressa, desde sempre, no universo do vivente, "como uma alternativa contínua ao próprio ser; e é somente por isso que o fato de 'ser' adquire um sentido bem marcado: qualificado no mais íntimo pela ameaça da negação, o ser deve aqui afirmar-se, e o ser que se afirma é existência enquanto demanda. Desse modo, o ser, ele mesmo, ao invés de um estado dado, tornou-se uma

---

8 Jonas, H. *Évolution et Liberté*. Trad. S. Cornille e Ph. Ivernel. Paris: Éditions Payot&Rivages, 2005, p. 29s.

possibilidade constantemente a ser realizada, a ser ganhada sempre de novo, incessantemente, de seu contrário sempre presente, o não ser, que acabará inevitavelmente por engoli-la".<sup>9</sup>

No metabolismo vem à luz, pela primeira vez na natureza, a oposição ontológica entre identidade material puramente *em si*, e a interioridade da matéria viva, que se organiza em si e para si mesma como seu próprio fim, uma condição própria a toda entidade material *vivente*, que impõe ao pensamento a tarefa de retomar a reflexão sobre o conceito de finalidade. *Finalidades* ou propósitos são o elemento em virtude do qual uma qualquer entidade existe; os fins são as instâncias de enunciação da pergunta: *para que?* Com a resposta a essa pergunta, isto é, com o conhecimento da finalidade de um ente, não se obtém ainda nenhum juízo de valor. Para que uma finalidade seja também um valor, é necessário tratar-se de um fim irredutível à simples condição de meio, mas se atesta, em seu ser, como um fim em si mesmo, dotado de um valor intrínseco, radicado em seu ser.

Quanto a este aspecto, Jonas retoma a pergunta de Kant a respeito da existência de um "fim em si mesmo", reabrindo um diálogo que revisita a também metafísica de Aristóteles, ao fio condutor de seu conceito do conceito de *enteléquia*. À luz desta perspectiva, Jonas examina, primeiramente, os fenômenos que nos são mais próximos: as finalidades inerentes aos produtos da ação humana, como, por exemplo, um martelo ou uma corte de justiça; em seguida, contrasta este tipo de finalidade com aquela de outra espécie ou modalidade de fins – a saber, fins naturais. A reflexão sobre a diferença enseja a pergunta capital: o que significa *ter* finalidade? Significa, em primeiro lugar, que um produto da ação humana *tem* na instrumentalidade seu fim, de modo que o conceito-função "poder martelar com o martelo" precede, como razão de ser, a existência do martelo, assim como a "função jurisdicional" constitui a razão de ser da instituição de qualquer corte judicial. Em segundo lugar, porém, que o precedente conceito de martelo não pertence ao martelo, mas ao homem, sendo, pois relativo a este. O mesmo ocorre com a corte de justiça e com todos os produtos do agir humano.

Em contraste com isso, existem também entidades naturais e desempenhos orgânicos, como o caminhar, a atividade dos órgãos do aparelho digestivo, que realizam seu papel involuntariamente, bem como as funções voluntárias, cognitivas, etc. Aqui o discriminante é a oposição entre voluntário e involuntário, o que permite a inclusão do mundo animal no universo da finalidade, por meio de seu equipamento externo-motor,

---

9 Jonas, H. *Évolution et Liberté*. Trad. S. Cornille et Ph. Ivernel. Paris: Éditions Payot&Rivages, 2005, p. 30.

pois obviamente existe finalidade abaixo do âmbito da consciência e da subjetividade, ou seja, da intencionalidade. A interpretação da emergência da vida, tal como postulada por Jonas, exige como complemento uma concepção teleológica da natureza, a modo de Aristóteles e, sobretudo, da metafísica de Leibniz e das filosofias idealistas de Schelling e Hegel. Segundo a interpretação de Jonas, toda entidade natural, sobretudo os organismos, diferenciam-se dos artefatos humanos em virtude do fato de que nelas as dimensões do “o que” e do “para que” encontram-se unificadas na própria coisa - havendo identificação entre a finalidade e a forma da coisa. Enteléquia seria, então, o princípio ativo vigente em todo ser vivo, que torna real e efetivo o que nele é possível (sendo apenas em potência), não constituindo o homem, de modo algum, exceção a esse princípio de inteligibilidade.

“O ser, ou a natureza, é uma só e dá testemunho de si naquilo que deixa surgir a partir de si mesmo. Portanto, aquilo que o ser é tem de ser retirado de seu próprio testemunho, e naturalmente daquele que mais depõe, do mais desenvolvido, do supremo, que nos é acessível”<sup>10</sup>, portanto do próprio homem. Esse princípio, que vige através da natureza inteira, vincula o homem com a natureza. A posição especial do homem na natureza não se deve a uma teleologia projetada e disposta unicamente em vista dele, mas ao fato de que ele apenas, como ente natural, pode experimentar seu *telos* em si próprio. Nesse sentido, o homem seria o mais conhecido de todos os entes, pois suas partes não se subtraem à observação, mas não seria distinto dos demais seres naturais. Somente porque podemos experimentar em nós mesmos o caráter do *telos*, somos, em princípio, capazes (e, pra Jonas, somos obrigados, por exemplo, no caso da crise ecológica) a prestar ouvidos ao apelo mudo da natureza para preservação de sua integridade.

É nesse contexto que se articula a passagem do ser ao dever-ser, operada a partir da relação entre finalidade e forma, desdobrada num argumento que exige o acolhimento do conceito de valor. Uma vez reconhecida a finalidade na natureza, pergunta-se agora pelo *valor* daquela finalidade, tendo em vista a fundamentação de um valor em si mesmo. Seria possível argumentar que a natureza legitima-se imediatamente como valor objetivo pelo simples fato de ter finalidade? Como pode sua preservação impor-se à vontade e ao arbítrio humanos como um dever? Para Jonas, o bem (valor) em si reside manifestamente na própria finalidade. À capacidade de ter finalidade, em geral, - para além do juízo instrumental - tem de ser ontologicamente atribuído um valor, correspondente a uma

---

10 Jonas, H. Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation. Frankfurt/M: Suhrkamp Verlag, 1984, p. 153.

“opção incondicional pelo ser, contra o não ser”. O princípio da auto-atestatção da finalidade no próprio ser (portanto, na natureza de todo ente) constitui, para Jonas, um *axioma ontológico*, convincente por evidência:

“Na capacidade de ter finalidade, em geral, podemos ver um bem em-si, do qual é evidentemente certo que ele é infinitamente superior a toda ausência de finalidade do ser”.<sup>11</sup> O esforço tendente a fins, que se mostrou princípio ativo vigente em toda natureza, aponta para uma auto-afirmação principiológica do ser, o mero fato de que o ser não é indiferente em relação a si próprio torna sua diferença em relação ao não ser o valor fundamental de todos os valores, o primeiro "sim", em geral.<sup>12</sup>

É exatamente este "Sim!" enfático e principiológico que se encontra ameaçado pelo desenvolvimento autonomizado do progresso tecnológico, pois a possibilidade teórica e prática de sua negação encontra-se inserida no âmbito de discricionariedade do agir humano. Desta dialética entre poder superlativo e impotência radical emerge o sentimento humano de responsabilidade, como a contraface de um direito próprio da natureza a ser-lhe reconhecido em vista de sua vulnerabilidade.

Sob condições pré-tecnológicas, a finalidade fundamental do ser (o querer a si mesmo) não tem necessidade de ajuda, pois pode realizar-se com suas próprias capacitações. Onde, porém, o homem alcançou um poderio capaz de voltar-se destrutivamente contra a natureza, fica periclitada a evidência dessa pretensão à realização, que é imanente ao ser. Esta pretensão à existência resta, então, como que confiada à ambiguidade da liberdade humana. Liberdade que se atesta, enquanto tal, justamente na capacidade que tem o homem de *corresponder a essa pretensão ou de ignorá-la*, de responder ou não a esse apelo, de *poder ter responsabilidade, e, por isso, também dever tê-la*.

Esse valor fundamental, ontologicamente lastreado, resta em perigo permanente numa concepção antropocêntrica da natureza, dada a interdição de passagem entre o ser e o dever (ser). Relativamente à fundamentação, o problema se desloca então para a esfera normativa da obrigação, responsabilidade e cuidado, implicando a referência necessária à vontade humana e sua afecção por um sentimento de dever, levando a uma obrigação de reconhecimento. “Em seu direito próprio, o dependente torna-se aquele que comanda, e o poderoso, em seu poder de causalção, torna-se o responsável. Por aquilo que é assim lhe é confiada, o poder torna-se objetivamente responsável e afetivamente engajado pela

---

11 Jonas, H. Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation. Frankfurt/M: Suhrkamp Verlag, 1984, p. 154.

12 Cf. Jonas, H. Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation. Frankfurt/M: Suhrkamp Verlag, 1984, p. 155.

tomada de partido do sentimento de responsabilidade: no sentimento, o [elemento OGJ.] vinculante encontra sua ligação com a vontade subjetiva.”<sup>13</sup>

Para Jonas, esta imposição dá-se por meio de uma tomada de partido mediada pelo sentimento, que tem sua origem primeira não propriamente numa ideia ou conceito geral de responsabilidade, mas é suscitada pelo "bem próprio", pela inerente "bondade" da coisa mesma, que, enquanto tal, afeta a sensibilidade humana, envergonha e humilha a mera avidez egoísta de sua vontade de poder<sup>14</sup>. Em primeiro lugar situa-se, portanto, o dever-ser do objeto; em segundo lugar vem o dever-fazer do sujeito, encarregado de zelar, cuidar e administrar o frágil e ameaçado.

Este é um outro aspecto fundamental da atualidade de Hans Jonas: para os organismos, o ser consiste no fazer, no cumprimento daquilo que eles têm de fazer, para continuar existindo, continuar a ser. E como este fazer, que é incessantemente requerido, “em sua possibilidade, não é dependente só deles, mas também do vir-ao-encontro de um mundo ambiente, que pode ser concedido ou recusado, então o perigo da ‘cessação’ acompanha os organismos desde o início. Está aqui a vinculação fundamental entre vida e morte, o fundamento da mortalidade na constituição fundamental da vida”<sup>15</sup>.

Esta passagem nos permite estabelecer um laço de comunicação com uma temática fundamental de nosso tempo. Em nossos dias, tornou imperioso abdicar dos delírios de onipotência do antropocentrismo irrefreado, uma vez que tornou-se evidente que não somos os senhores dos entes, mas – e nisto consiste nossa dignidade – os pastores do ser. Neste contexto, é pertinente a remissão ao pensamento de Heidegger, uma referência filosófica incontornável para Jonas: “Com essa determinação da Essência do homem não se declaram falsas nem se rejeitam as interpretações humanistas do homem, como animal *rationale*, como ‘pessoa’, como ser dotado de alma, espírito e corpo. Ao contrário, o único pensamento a se exprimir é que as determinações humanistas da Essência do homem, ainda mesmo as mais elevadas, não chegam a fazer a experiência do que é propriamente a dignidade do homem. Nesse sentido o pensamento de Ser e Tempo é contra o humanismo. Essa oposição, todavia, não significa que um tal pensamento bandeie para o lado oposto do humano e preconize o inumano, defenda a desumanidade e degrade a dig-

---

13 Jonas, H. Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation. Frankfurt/M: Suhrkamp Verlag, 1984, p. 196.

14 Cf. Ibid.

15 Jonas, H. Vom Sinn des Todes. “Last und Segen der Sterblichkeit”. In: H. Jonas. Philosophische Untersuchungen und metaphysische Vermutungen. Frankfurt/M: Insel Verlag, 1992, p. 81-100.

nidade do homem. Ao contrário. Pensa-se contra o humanismo porque o humanismo não coloca bastante alto a *humanitas* do homem. De fato, a grandeza da Essência do homem não consiste em ser ele, como "sujeito", a substância do ente, para, na qualidade de déspota do Ser, fazer com que a entidade (*Seiendsein*) do ente se reduza à tão celebrada "objetividade" [...] O homem é mais do que o animal *rationale* na medida em que ele é menos do que o homem que se apreende e concebe pela subjetividade. O homem não é o amo e senhor do ente. O homem é o pastor do Ser<sup>16</sup>.

Como podemos constatar de passagens como as acima citadas, as reflexões de Hans Jonas sobre a vida, sobre a existência dos organismos, sua essência e dinâmica podem também abrir-se produtivamente para o debate ecológico atual, que redefine as categorias de compreensão do mundo, de nosso planeta, enfim, do que podemos entender por natureza, pois por meio delas tomamos consciência de que fazemos parte de um imenso organismo. Atualmente, autores como Bruno Latour, James Lovelock e Lynn Margulis<sup>17</sup> propuseram uma noção e uma imagem da Terra pensada como *Gaia*, como um tipo de ser que só se tornou e permanece possível por meio do agenciamento de relações entre os mundos orgânico e inorgânico.

*Gaia* seria, assim, uma entidade que vem ao nosso encontro de muitos modos possíveis, aos quais devemos prestar atenção, dos quais devemos cuidar, e em face dos quais precisamos aprender a responder de maneira responsável, de modo a evitar que se produza, por nossa agência, uma catástrofe de dimensões planetárias. Para Lovelock, *Gaia* é o nome de uma complexa rede que engloba os organismos, os oceanos, a atmosfera e as rochas da superfície terrestre numa espécie de sistema que regula as condições físicas e químicas que vêm se mostrando, há alguns milhares de anos, altamente propícias para o desenvolvimento das formas de vida existentes. Não se trata apenas do espaço físico no qual a vida se desenrola, de uma entidade dinâmica, capaz de responder fisiologicamente aos estímulos, e a regulação de seus parâmetros depende das relações estabelecidas entre os agentes orgânicos e inorgânicos que a constituem.

---

16 Heidegger, M. Sobre o Humanismo. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 50 e 68.

17 Cf. Bruno Latour. (2018). *Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime*. Cambridge, UK: Polity Press. James Lovelock (2010). *Gaia: alerta final*. Trad. Vera de Paula Assis, Jesus de Paula Assis. Rio de Janeiro: Intrínseca; Lyn Margulis, Lynn; James Lovelock. (2002). *Gaia - Uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Ed. Gaia. Cf. também a tese de doutorado de Alyne de Castro Costa. *Cosmopolíticas da Terra: Modos de existência e resistência no Antropoceno* – PUCRJ. 2019.

É a vida numa tal entidade e com esta complexidade que temos a responsabilidade e o dever de tomar como nosso encargo, tarefa e corveia. E o fato de que Gaia venha ao nosso encontro, na imensa profusão de realidade e possibilidade que nos são constantemente oferecidas, com prodigiosa generosidade, não elide o fato trágico, de que este encontro pode, a todo tempo – e mormente hoje – ser-nos recusado. Esta raiz ontológica de nossa finitude, o fundamento da mortalidade na constituição fundamental da vida, que impõe este dever como uma alternativa indeclinável.

E justamente por causa disso, em nossa própria finitude e em sua remissão ao tempo, encontra-se a razão de ser pela qual é imprescindível respeito ao que Jonas pensava como um direito próprio e um valor autóctone da natureza - na medida em que está literalmente em nosso poder levar a efeito esta subtração de Gaia, sua recusa de vir-ao-nosso-encontro tal como vinha fazendo há milênios. A heurística do medo nos ensina a abdicar dos delírios de onipotência que são próprios do antropocentrismo irrefreado, que fornece o combustível para nossas fantasias futuristas de progresso tecnológico ilimitado, capaz de espriar-se por outras galáxias.

No Brasil, a partir da dramaticidade de nossa condição, compreendemos que o imperativo ético da responsabilidade, tal como pensado por Jonas - “aja de modo que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” -, é uma diretriz fundamental para a orientação do pensamento e da ação nos tempos sombrios que atravessamos. Tal diretriz impõe-se hoje com especial urgência porque as conquistas históricas e institucionais que foram historicamente consolidadas no Brasil sob a égide e o espírito da obra de Hans Jonas parecem estar ameaçadas, na atualidade, por acontecimentos que as colocam sob grave e iminente risco de retrocesso, e que exigem as políticas públicas ousadas, sérias, competentes e responsáveis no campo da proteção ambiental.

Exemplos de tais acontecimentos são a intensificação do desmatamento na região amazônica, num ritmo vertiginoso e assustadora dimensão, num processo do qual as autoridades do Estado brasileiro parecem ter perdido o controle; o mesmo se passa com a exploração irresponsável da rica biodiversidade da fauna e da flora, a poluição ambiental e a incúria com que são conduzidas as políticas ambientais, preteridas em relação aos interesses econômicos das grandes corporações extrativistas e do agro-negócio.

São problemas gravíssimos que afetam não só o Brasil, mas também o ecossistema global e o futuro das próximas gerações de pessoas

e seres vivos no planeta Terra. No momento que vivemos, a possibilidade de recorrer ao legado ético-filosófico de Hans Jonas oferece, para nós brasileiros, um horizonte de futuro de inestimável valor, e demanda de nós, como exigência incontornável, um senso ampliado de responsabilização.

E justamente neste contexto, sob a pressão de tais ameaças e perigos – e, portanto, no melhor espírito de uma heurística do medo – abre-se para o Brasil hoje uma perspectiva de extraordinária relevância: a possibilidade de permitir que venha ao nosso encontro, de maneira produtiva, o legado histórico e cultural de povos irmãos, de etnias ancestrais, que já experimentaram, em seu passado, e guardam a memória em suas vidas presentes, do peso e do temor de uma experiência de fim dos tempos, de uma “queda do céu”. E se há sentido na discussão que opõe atualmente uma filosofia **no** Brasil a uma filosofia **do** Brasil, então este sentido tem buscado e resgatado hoje no terreno de uma transformação histórica que funda para o Brasil, mais uma vez, uma posição relevante no cenário filosófico mundial.

Refiro-me agora a um acontecimento que vem à luz sob a forma do livro intitulado *A Queda do Céu*<sup>18</sup> - um prodigioso feito autoral, resultante de uma duradoura, laboriosa e fecunda parceria, uma experiência de engajamento intercultural, que assume a forma de um pacto enográfico entre o antropólogo Bruce Albert – formado na melhor tradição da ciência acadêmica europeia – e o xamã Yanomami Davi Kopenawa, aborígene da floresta amazônica brasileira.

Este é um acontecimento científico sem precedentes, que por certo demandará tempo até ser produtivamente assimilado pelas ciências sociais e reconhecido pelos membros credenciados da comunidade científica mundial. Penso que este prognóstico vale também, e talvez ainda com maior probabilidade, para a comunidade filosófica. Nas palavras do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro – ele mesmo uma notável exceção nesse sentido, já que autor de uma contribuição inestimável para uma filosofia da interculturalidade<sup>19</sup> -, *A Queda do Céu* é a primeira tentativa conseqüente de *contra-anthropologia*, doatada de uma cosmologia, uma teologia, uma ontologia e mesmo antropologia próprias, perfazendo uma crítica sólida e consistente das crenças mais arraigadas da cultura dos

---

18 Kopenawa, D. Abert, B. *A Queda do Céu*. Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

19 Cf. Viveiros de Castro, E. *Metafísicas Canibais*. Elementos para uma Antropologia Pós-Estrutural. São Paulo: Cosac & Naify, 2015; Viveiros de Castro, E. *A Inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

brancos - isto é, de nossa civilização ocidental e sua congênita destrutividade.

O mundo dos brancos é a sociedade da mercadoria, com sua economia industrial, baseada em energia fóssil, na ciência e na técnica, na exploração e no ilimitado e sempre crescente consumo de espaço, tempo e matérias-primas – enfim, no tipo de racionalidade que, globalmente dominante, transformou-se de prometeica em vulcânica, com sua titânica potência de destruição. Uma devastação orquestrada justamente pela civilização que se auto idolatra como primícias do intelecto humano: aquela que, liberta de toda superstição, medo e ignorância, livre dos entraves do "animismo primitivo", presta um culto idolátrico aos demiurgos do progresso, aqueles mesmos que, na conjuração formada pelo Capital, pelo Estado, pelo Mercado e pela Tecnociência, operam a impiedosa erosão de suas próprias condições de existência.

Para que tenha podido ocorrer, foi antes de tudo necessária a renúncia consciente ao absolutismo eurocêntrico e ao imperialismo cultural do Ocidente – esta tirania dos "brancos", o povo da mercadoria. Num momento de trágica insegurança e iminente perigo, este contradiscurso vindo do fundo da mata, de uma espiritualidade não ocidental-europeia – não branca – é de um valor inestimável. Ele acontece no mesmo momento em que os brancos – em graves conclaves mundiais – declaram solenemente que a questão ambiental e o imperativo da sustentabilidade são as principais diretrizes de futuro para as atuais sociedades humanas e para as futuras gerações.

Inaudito em *A Queda do Céu* é o cuidado com a persistência da alteridade, com a manutenção da diferença, enquanto o elemento capaz de renovar e fecundar as diferentes tradições que se confrontam, a partir do reconhecimento de uma gênese comum, narrada pelo mito, mediante renúncia ao isolamento hiper narcísico. Brancos e Yanomamis descendem de um mesmo tronco, mas são irredutivelmente diferentes e opostos em suas formas de vida, em seus modos de ver e estruturar o mundo e regular seu metabolismo com ele.

Em nossos dias, quando a questão do estatuto da Amazônia assume um papel destinal para o futuro da humanidade, um livro como *A Queda do Céu* impõe-se como uma marca indelével, uma voz que abre novas perspectivas para a tarefa da filosofia em nossos dias, e que dialoga, mais uma vez em termos de afinidades eletivas, com a filosofia de Hans Jonas.



**Oswaldo Giacoia Junior.** Professor Titular do Departamento de Filosofia da Unicamp desde 2013 e professor do Programa de Pós Graduação em Filosofia da PUCPR desde 2020.

Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1976), em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1976). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983) e Doutor em Filosofia pela Freie Universität Berlin (1988). Pós doutorado pela Freie Universität Berlin (93-94), Viena (97-98) e Lecce (2005-2006).

Sua pesquisa concentra-se na área de Filosofia Moderna e Contemporânea, com ênfase em História da Filosofia, Ética e Filosofia do Direito, ocupando-se de temas como: teoria da cultura, ética pura e aplicada, filosofia do direito, filosofia social, política e da história, filosofia clássica francesa e alemã, especialmente com as obras de Augusto Comte, Arthur Schopenhauer e Friedrich Nietzsche.

Dentre as diversas publicações do professor, destaca-se os cinco últimos lançamentos:

- Agamben. Por uma Ética da Vergonha e do Resto, pela editora São Paulo, 2018;
- Política. Nós Também (Não) Sabemos Fazer, pela editora Petrópolis: Vozes, 2018;
- A Escola de Kyoto e suas Fontes Orientais, publicado pela editora Campinas: PHI, 2017;
- Budismo e Filosofia em Diálogo, pela editora Campinas: PHI, 2014;
- Heidegger Urgente. Introdução a um Novo Pensar, publicado pela editora São Paulo: Três Estrelas, 2013.

### **Publicações realizadas pelo IHU com Oswaldo Giacoia Junior**

- [Sobre Técnica e Humanismo. Artigo de Oswaldo Giacóia Junior. Cadernos IHU ideias, Nº. 20](#)

### **Entrevistas realizadas pelo IHU com Oswaldo Giacoia Junior**

- [Um outro humano, uma nova ética, um novo tempo. Entrevista especial com Oswaldo Giacoia Junior](#)
- [Novos caminhos para a política e a reconfiguração do pensamento político. Entrevista especial com Oswaldo Giacoia Junior](#)
- [O que resta de Auschwitz e os paradoxos da biopolítica em nosso tempo. Entrevista especial com Oswaldo Giacoia Junior](#)

### **Artigos de Oswaldo Giacoia Junior publicados no IHU**

- [Ansiedade sem aplicativo. Artigo de Oswaldo Giacoia Junior](#)

## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feministas: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert  
*O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacobá Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evi-lázio Teixeira
- N. 51 *Violenças: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling  
*Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke

- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campepinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biótica* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: Iendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mari-nês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminoti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascuo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexões na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljénitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta

- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lokmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pomalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapá-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsetto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Trog Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach

- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrantes-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelson Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Humet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuitas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneilson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakzi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acacium Oliveira

- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atilio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsionarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Murj Scalco
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentalizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva
- N. 285 *Isabelle Stengers. No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras* – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 *O "velho capitalismo" e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço* – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 *A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk* – Itamar Soares Veiga
- N. 288 *Para arejar a cúpula do judiciário* – Fábio Konder Comparato
- N. 289 *A Nova Providência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira* – Mari-linda Marques Fernandes
- N. 290 *A Universidade em busca de um novo tempo* – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 *Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo* – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 *As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras* – Aloir Pacini
- N. 293 *Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus* – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 *O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî* – Faustino Teixeira
- N. 295 *Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer* – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 *O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade* – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 *Escatologias tecnopolíticas contemporâneas* – Ednei Genaro
- N. 298 *Narrativa de uma Travessia* – Faustino Teixeira
- N. 299 *Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver*– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 *Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução científica na análise econômica*– Armando de Melo Lisboa
- N. 301 *Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular*– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 *Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas* – Renata Tomaz
- N. 303 *A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre* – Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 *Ártico, o canário da mina para o aquecimento global* – Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 *A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa* - Aline Weschenfelder
- N. 306 *Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas* - Rosana Batista Almeida
- N. 307 *História de José, O Carpinteiro, como narrativa de Esperança* - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 *Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martin-Baró, Ricoeur e Nietzsche* - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 *Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental* - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 *A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo* - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 *Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica* - Faustino Teixeira
- N. 312 *O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio* - Paulo Abe
- N. 313 *Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro* - José Dalvo Santiago da Cruz
- N.314 *Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas* - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 *Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura* - Alexandre Alves
- N. 316 *"Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno* - Nicole Soares Pinto
- N.317 *A chacinagem dos chiquitanos* - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 *Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilegiados* - Matteo Raschietti
- N. 319 *Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados* - Alencie Baeta
- N. 320 *Pindó Poty é Guarani!* - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 *Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da hominização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk* - Rodrigo Petronio
- N. 322 *A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Etendy Maldonado Gómez de la Torre*
- N. 323 *O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação* - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 *O trabalho humano no magistério do Papa Francisco* - André Langer
- N.325 *Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero* - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller



**UNISINOS**